

A MANIFESTAÇÃO VERBAL DA EVIDENCIALIDADE NAS VARIEDADES FALADAS DO PORTUGUÊS AFRICANO CONTEMPORÂNEO

THE VERBAL MANIFESTATION OF EVIDENTIALITY IN THE CONTEMPORARY AFRICAN PORTUGUESE VARIETIES

Izabel Larissa Lucena Silva^{*}, Fábio Fernandes Torres^{**}

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar, sob a perspectiva funcionalista (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), as propriedades funcionais e formais que caracterizam a manifestação verbal da evidencialidade nas variedades faladas do português africano contemporâneo, considerando-a como importante domínio funcional responsável pela expressão da fonte da informação, cuja manifestação linguística é motivada por fatores contextuais, sociais, cognitivos e discursivos. Para isso, consideramos 20 amostras textuais do português falado em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, compiladas no *Corpus do Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais*. Os resultados revelaram que (a) há um predomínio da expressão lexical da evidencialidade por meio de verbos indicadores de inferência, seguida da estratégia de evidencialidade reportativa, empregada como recurso coesivo pelo falante para retomar um conteúdo comunicado em outro momento de seu discurso; (b) o falante constitui a fonte da informação, elaborando sua inferência com base em conhecimento acumulado ou com base em alguma evidência disponível.

Palavras-chave: Evidencialidade. Funcionalismo. Lusofonia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze functional and formal properties that characterize the verbal manifestation of evidentiality in the contemporary African Portuguese spoken varieties, considering it as an important functional domain responsible for the expression of source of information, whose linguistic manifestation is motivated by contextual, social, cognitive and discursive factors. For

^{*} Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, professora de Língua Portuguesa do Curso de Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, líder do Grupo de Pesquisa em Linguística Funcional - GELF.

^{**} Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, professor de Língua Portuguesa do Curso de Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas das Variedades Lusófonas – SOCIOLUSO.

this, we considered 20 textual samples of Portuguese spoken in Angola, Cape Verde, Guinea Bissau, Mozambique and Sao Tome and Principe, compiled in the Corpus of Portuguese Spoken - Geographical and Social Varieties. The results revealed that (a) there is a predominance of the lexical expression of evidentiality by means of inference verbs followed by the strategy of reportive evidentiality, used as a cohesive resource by the speaker to resume a content communicated in another moment of his speech; (b) the speaker is the source of the information, elaborating his inference based on accumulated knowledge or based on some available evidence.

Keywords: *Evidentiality. Functionalism. Lusophony.*

1 INTRODUÇÃO

Tomada como domínio funcional universal, a evidencialidade pode ser concebida como uma estratégia textual-discursiva por meio da qual o falante indica a fonte da informação ou o modo de obtenção de uma informação, revelando seu (des)comprometimento no que diz respeito ao conteúdo de seu discurso. Em sistemas evidenciais lexicais (ou menos gramaticais), como é o caso do português, o uso da evidencialidade é opcional e está relacionado a fatores contextuais, sociais, cognitivos e discursivos; diferentemente do que ocorre em línguas cuja expressão da evidencialidade se dá por mecanismos morfológicos obrigatórios. De fato, independentemente da discussão a respeito das restrições de codificação gramatical ou lexical da evidencialidade, hoje, a maior parte dos estudiosos que se dedicam ao estudo do tema reconhece ser a natureza da evidencialidade um fenômeno cognitivo, comunicativo-funcional ou pragmático.

Tal concepção lança a hipótese de que todas as línguas naturais apresentam formas de manifestação ou referência à fonte da informação (“estratégias evidenciais”), colocando a evidencialidade como um domínio cognitivo-funcional sujeito à codificação gramatical e/ou lexical. Esta pesquisa parte, portanto, de uma concepção “funcional” de evidencialidade, filiando-se às pesquisas que buscam compreender a natureza cognitivo-funcional, contextual, social e discursiva da evidencialidade em Língua Portuguesa.

2 O DOMÍNIO DA EVIDENCIALIDADE COMO CATEGORIA LINGUÍSTICA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Os primeiros estudiosos a investigarem a evidencialidade enquanto categoria linguística foram Anderson (1986), De Hann (1997a, 1997b) e Willet (1988). De modo geral, esses pesquisadores buscaram elaborar um quadro sistemático das principais características da evidencialidade. Para esses autores, a evidencialidade caracteriza-se, principalmente, por constituir uma categoria do domínio gramatical, manifestando-se por meio de afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres.

Segundo Casseb-Galvão (2001), embora tais pesquisas tenham se tornado célebres no estudo da evidencialidade, essas iniciativas apresentam suas limitações, uma vez que seus autores se preocuparam apenas em descrever os itens já gramaticalizados, não havendo o objetivo de investigar a trajetória desses itens em um contínuo de gramaticalização, especialmente, nos casos em que o léxico fornece material para a gramática na formação de sistemas linguísticos evidenciais.

Um estudo mais recente sobre o estatuto gramatical da evidencialidade é o de Aikhenvald (2004), que investigou a evidencialidade em mais de 500 línguas indígenas e não indígenas. Essa pesquisadora faz uma distinção rigorosa entre itens lexicais e gramaticais na manifestação da evidencialidade. Nesse sentido, adota uma posição estrita de evidencialidade, definindo-a como uma categoria linguística que se manifesta por meio gramatical, cuja função seria, portanto, marcar a fonte/origem de uma informação. Em sistemas linguísticos que apresentam esse tipo de codificação da evidencialidade, a marca evidencial seria obrigatória, e sua ausência tornaria o enunciado agramatical. Aikhenvald, também, buscou, nesse estudo, rastrear as características universais da evidencialidade, mostrando que sua manifestação depende de preferências pragmáticas ligadas aos diferentes gêneros textuais (AIKHENVALD, 2004).

Embora Aikhenvald afirme não haver um sistema evidencial gramaticalizado no português do Brasil, Casseb-Galvão (2010) esclarece que essa autora não apresenta dados empíricos suficientes que comprovem tal afirmação. Na verdade, Casseb-Galvão aponta indícios que justificariam considerar a existência de um sistema evidencial gramaticalizado no português do Brasil, constituído pelos valores evidenciais da forma ‘dizque’ (*diski*), especialmente no uso reportativo de mito. Para sustentar essa hipótese, Casseb-Galvão (2010) procura relacionar o comportamento funcional refletido pelo ‘*diski*’ no português do Brasil às características apontadas pela própria Aikhenvald em seu estudo multilinguístico, a saber: (i) o ‘*diski*’ do português do Brasil se comporta semelhantemente ao do espanhol da América do Sul, cujas propriedades semânticas e funcionais demonstram que tal item é frequentemente utilizado como um evidencial marcador de gênero (*token* de narrativa) em sistemas evidenciais simples; (ii) o uso do ‘*diski*’ como *token* de narrativa no português do Brasil pode estar relacionado ao contato com línguas indígenas de substrato, localizadas no norte do país. Conforme Casseb-Galvão, Aikhenvald inclui o norte do Brasil como uma área de concentração de línguas com sistemas evidenciais gramaticalizados.

Outra pesquisa que constitui importante marco dos estudos sobre gramaticalização e evidencialidade é a de Gonçalves (2003), cujas evidências corroboram a hipótese do desenvolvimento de um sistema evidencial no português do Brasil, tese essa defendida por Casseb-Galvão desde 2001, em sua pesquisa de doutorado. Gonçalves (2003) analisa o verbo *parecer*, mostrando que esse item, em sua trajetória de gramaticalização, pode deixar de codificar a modalidade epistêmica para manifestar puramente um valor evidencial (evidência indireta).

Além dessas pesquisas que se tornaram referência no estudo da relação entre evidencialidade e gramaticalização, é importante também registrar os estudos funcionalistas que se dedicaram à descrição e à análise da expressão lexical da evidencialidade no português brasileiro, tais como: Dall’Aglio-Hattner (1995); Carioca (2005, 2009); Lucena (2008); Santos (2008); Vendrame (2005, 2010). Esses estudos contribuíram, de modo significativo, com o quadro teórico-descritivo de investigação das propriedades formais e funcionais da expressão lexical da evidencialidade no português do Brasil, mostrando, de modo geral, que a evidencialidade se manifesta, principalmente, por meio de unidades lexicais verbais e tem seu uso condicionado por fatores metapragmáticos.

Em pesquisa mais recente, Silva (2013) investigou a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX (europeu e brasileiro) no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever ou instruir). Esse recorte metodológico permitiu-lhe verificar, de modo geral, como as condições de organização (funcionamento) das entidades evidenciais refletem motivações de natureza cognitiva e discursiva inerentes aos agrupamentos de gêneros textuais, ou seja, as escolhas evidenciais operadas no plano linguístico dependem de motivações originadas no plano cognitivo-discursivo, possibilitando, assim, o estabelecimento de “gramáticas evidenciais” contextualizadas.

No que diz respeito às semelhanças e às diferenças entre a expressão da evidencialidade no português escrito europeu (PE) e brasileiro (PB), os dados de Silva (2013) sugerem que, na segunda metade do século XX (de 1951 a 1999), nas duas variedades do português (europeu e brasileiro), a marcação da fonte da informação ocorre, preferencialmente, quando o conteúdo descrito na situação foi adquirido de forma indireta, haja vista o número de ocorrências ligadas à expressão da evidencialidade reportativa aumentar consideravelmente nas duas variedades linguísticas na segunda metade do século XX. Por outro lado, o número de ocorrências ligadas à evidencialidade inferida, na variedade europeia, diminui consideravelmente na segunda metade do século XX, revelando que os implícitos decorrentes de processos de inferência são menos produtivos no português europeu em comparação ao português brasileiro da segunda metade do século XX.

Tendo em vista, portanto, a definição desse cenário que configura a pesquisa sobre a evidencialidade gramatical e lexical (suas propriedades universais e sua manifestação no português do Brasil), este estudo investiga as propriedades funcionais e formais que caracterizam a manifestação verbal (lexical e gramatical) da evidencialidade no conjunto das variedades faladas do português contemporâneo africano.

2.1 CONCEITUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA CATEGORIA EVIDENCIALIDADE

A evidencialidade é geralmente concebida como uma categoria que diz respeito à “fonte da informação”, “fonte de evidências” ou “fonte de justificativas” (BYBEE, 1985; ANDERSON, 1986; CRYSTAL, 1991; AIKHENVALD, 2004). No entanto, há quem considere a evidencialidade como elemento que se refere a noções de “probabilidade” e “graus de certeza” (MITHUN, 1986; MAYER, 1990), além de “fonte de justificativa” ou “fonte da informação”. Chafe (1986) inclui, no âmbito do rótulo “evidencialidade”, não apenas as “evidências” em sentido estrito, mas um vasto “leque de considerações epistemológicas” (BOYER; HARDER, 2009, p. 11).

Na verdade, a definição dos limites conceituais da evidencialidade está longe de ser consensual, bem como sua relação com a categoria modalidade epistêmica. De acordo com Boye e Harder (2009), essas concepções destoam em virtude da polêmica sobre o estatuto ontológico da evidencialidade como um fenômeno linguístico. Os autores esclarecem que há, pelo menos, três posições a respeito desse estatuto ontológico da evidencialidade, as quais passamos a resenhar brevemente a seguir.

A posição mais restritiva é a que diz respeito à evidencialidade como um fenômeno puramente gramatical (BYBEE, 1985a; MITHUN, 1986; AIKHENVALD, 2004). Essa perspectiva destaca que as “evidências” são marcas linguísticas codificadas gramaticalmente (oposição ao estatuto lexical). O maior defensor dessa concepção, segundo Boye e Harder (2009), é Anderson (1986), que define a evidencialidade como uma categoria que se manifesta por elementos que “expressam os tipos de evidência que uma pessoa possui, ao fazer uma declaração factual” (ANDERSON, 1986, p. 273).

A segunda posição é a que diz respeito à evidencialidade como um fenômeno semântico, definida em termos do que representa/descreve na codificação, não na gramática. Essa posição envolve uma concepção mais abrangente de evidencialidade em relação à primeira posição anteriormente mencionada. Autores como Chafe (1986) e Crystal (1991) são defensores dessa perspectiva. Para esses pesquisadores, a evidencialidade é considerada não apenas uma categoria de manifestação das “evidências” em si mesma, que o falante aciona na justificativa de uma asserção

factual, mas como uma construção epistemológica ligada ao comprometimento do falante com a verdade da proposição (BOYE; HARDER, 2009, p. 13).

A terceira posição considera a evidencialidade sem restrição à codificação gramatical ou lexical. Afirmar ser a natureza da evidencialidade um fenômeno cognitivo, comunicativo-funcional ou pragmático. Essa posição pode ser considerada como envolvendo uma concepção ainda mais ampla do que as posições mencionadas anteriormente, na medida em que a evidencialidade pode manifestar-se por meio de significados lexicais e/ou gramaticais. Essa perspectiva compreende a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional, conforme salientado por Ifantidou:

[...] Evidências são geralmente tratadas como uma categoria semântica, codificando linguisticamente informações sobre a origem e a confiabilidade das informações que são oferecidas. [...] Elas quase nunca têm sido apontadas como a fonte do conhecimento ou o grau de certeza que o falante pode inferir pragmaticamente (IFANTIDOU, 2001, p. 8-15, apud BOYE; HARDER, 2009, p. 13).

Considerando esse quadro geral no qual a evidencialidade é interpretada, esclarecemos, portanto, que a terceira perspectiva é mais adequada para o estudo da evidencialidade neste trabalho, uma vez que os modelos funcionalistas adotados neste estudo sustentam postulados teórico-metodológicos que reafirmam o caráter complexo, multifuncional e não discreto das expressões linguísticas. Nesse sentido, a evidencialidade passa a constituir um domínio que se delimita não apenas com relação ao seu estatuto categorial (lexical, gramatical, semântico ou pragmático), mas, também, por sua funcionalidade na língua, tendo em vista seu dinamismo funcional e a interação que estabelece com os diferentes níveis de organização linguística (CASSEB-GALVÃO, 2011, p. 54).

3 REFERENCIAL TEÓRICO: A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Numa concepção geral, desvinculada de propostas de escolas particulares, o funcionalismo pode ser definido como uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas, “o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão” (NEVES, 2006, p. 17). O termo funcionalismo é utilizado para designar, portanto, um paradigma de investigação linguística.

Embora possamos destacar a existência de diferentes vertentes funcionalistas, podemos dizer que os diferentes modelos compartilham um “denominador em comum”: o interesse por investigar a gramática das línguas dentro de um quadro geral de interação verbal, o que leva o funcionalismo a priorizar a análise das funções das unidades linguísticas sobre seus aspectos estritamente formais.

Dessa forma, o suporte teórico funcionalista concebe a estrutura linguística como um mecanismo que só pode ser descrito, adequadamente, se forem considerados os aspectos cognitivos e comunicativos que regem seu funcionamento (GIVÓN, 1995). Para Givón, a língua é um organismo complexo que unifica os domínios da sintaxe, semântica e pragmática, sendo a sintaxe a codificação da semântica (proposicional) e da pragmática (discursiva). A gramática das línguas, nessa perspectiva, é, portanto, a codificação de fatores pragmáticos. É claro que o funcionalismo não despreza o fato de que há certos comportamentos linguísticos que são determinados por fatores estritamente formais, mas o importante dessa concepção não autônoma de gramática é a noção de que a língua sofre mudanças motivadas pelo uso e pelas necessidades comunicativas dos indivíduos.

Outro aspecto importante da orientação funcionalista adotada nesta pesquisa consiste na proposta de integração dos níveis de análise, ou seja, da existência de uma sistematização entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. Segundo Dik (1989, 1997), a pragmática é vista como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica.

É nesse sentido que os modelos funcionalistas se caracterizam como teorias pragmáticas, visto que o estudo da sintaxe e da semântica se desenvolve dentro de um quadro da pragmática, o que significa dizer que toda a situação de comunicação deve ser avaliada, isto é, o propósito enunciativo, seus participantes e o contexto no qual se dá essa interação (NICHOLS, 1984). Embora seja o padrão de adequação pragmática o que apresenta maior peso na teoria, a adequação psicológica também tem importância dentro da concepção funcionalista de linguagem, uma vez que o funcionalismo procura estabelecer uma relação compatível entre descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento linguístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões linguísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas.

Para resumir a perspectiva funcionalista da linguagem, é interessante reproduzir as premissas com que Givón (1995) caracteriza essa concepção: i) a linguagem é uma atividade sociocultural; ii) a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; iii) a estrutura é não arbitrária, motivada e icônica; iv) a mudança e variação estão sempre presentes; v) o sentido é contextualmente dependente e não autônomo; vi) as categorias não são discretas; vii) a estrutura é maleável e não rígida; viii) as gramáticas são emergentes; ix) as regras da gramática permitem exceções, uma vez que nenhuma regra é cem por cento predominante.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE DELIMITAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Foram consideradas para análise 20 amostras textuais das variedades faladas do português contemporâneo africano, disponíveis no *Corpus* do Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais – que é composto por 86 transcrições de discursos autênticos das variedades do português de Portugal, do Brasil, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – 5 de cada país), de Macau, de Goa e do Timor-Leste.

A maior parte dos discursos que compõem o banco de dados foi obtida entre o período de 1970 a 2001, sendo, aproximadamente, 70% coletados na última década. Por fim, é importante, ainda, frisar que as amostras que compõem esse banco de dados são estratificadas não apenas quanto à origem dos informantes, mas também com relação ao sexo, à idade, ao nível de educação, ao *status* profissional e ao tipo de elocução (formal – programas de rádio ou conferências – e informal – conversas entre conhecidos, amigos ou parentes), falantes de português como língua materna ou não materna.

4.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Tendo em vista que este trabalho segue uma orientação funcionalista (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), descrevemos e analisamos a expressão verbal da evidencialidade nas variedades faladas do português contemporâneo africano, com base em critérios contextual-pragmá-

ticos, cognitivo-semânticos e morfossintáticos, que foram desdobrados nas seguintes categorias de análise¹ (quantitativas e qualitativas):

(I) Tipo de evidencialidade:

(a) Reportativo; (b) Inferencial; (c) Genericidade e (d) Percepção de Evento.

(II) Variedades africanas:

(a) Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

(III) Tipo de fonte:

(a) falante; (b) outro definido; (c) outro indefinido e (d) genérico.

(IV) Modo de obtenção da informação:

(a) percepção sensorial; (b) inferência baseada em conhecimento acumulado; (c) inferência baseada em evidência (deduzida); (d) relato de 2ª mão; (e) relato de 3ª mão; (f) tradição (mito/folclore).

(V) Natureza semântica do verbo:

(a) verbo de percepção; (b) verbo epistêmico; (c) verbo de elocução “neutro”; (d) verbo de elocução “não neutro”.

(VI) Posição da marca evidencial:

(a) anteposta; (b) intercalada e (c) posposta.

(VII) Contexto morfossintático:

(a) oração simples e (b) cláusula completiva.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas categorias definidas na seção anterior, apresentamos, agora, a discussão dos resultados referentes à manifestação da evidencialidade nas variedades do português contemporâneo africano. Discutimos, inicialmente, os resultados quantitativos relativos ao cruzamento entre tipo de evidencialidade, variedades africanas e tipo de fonte. Em seguida, analisamos, qualitativamente, os aspectos relacionados às outras categorias de análise, fundamentando nossa discussão a partir de ocorrências retiradas de nosso *corpus*.

Na Tabela 1, a seguir, podemos verificar que a *evidencialidade inferencial* constitui o tipo evidencial mais frequente na totalidade de nossa amostra textual pertencente ao conjunto das variedades africanas (com 50,4%). A segunda estratégia evidencial mais recorrente é a *reportativa*, expressa em 32,5%. As marcas evidenciais do tipo *genericidade* e *percepção de evento* representam, respectivamente, com 12,0% e 5,1%, as estratégias evidenciais menos frequentes na totalidade da amostra textual das variedades africanas.

Tabela 1 – Tipo de evidencialidade no conjunto das variedades africanas

	Reportativo	Inferencial	Genericidade	Percepção de Evento	Total
Nº Ocorr.	38	59	14	6	117
%	32,5	50,4	12,0	5,1	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

¹ Categorias baseadas em Silva (2013).

Tal resultado revela que, no conjunto das variedades africanas, predominam as marcas evidenciais relacionadas à obtenção da informação de forma menos direta (inferida) e indireta (reportativa). Isso demonstra que a evidencialidade, nesse conjunto de variedades do português, tende a ocorrer mais frequentemente quando o conteúdo descrito na situação se trata de uma suposição, *inferência do falante*, elaborada com base em uma evidência observável ou, simplesmente, com base em conhecimento arquivado no componente conceptual do falante (raciocínio lógico). Além disso, ao apresentar o conteúdo asseverado como obtido por meio de uma inferência, o falante pode, também, a depender do tipo lexical do verbo, avaliar o conteúdo proposicional segundo seu grau de certeza. As ocorrências (01) e (02), a seguir, demonstram, respectivamente, uma inferência baseada em resultados observáveis (deduzida com base em evidência disponíveis ao falante) e uma inferência baseada em conhecimento acumulado (conhecimento de mundo do falante, suas experiências e aspirações):

(01): [...], a escola secundária, quer o ensino universitário são relativamente tardios. é uma caracterização, infelizmente, nossa, do nosso passado, como colônia, nós e as outras colônias portuguesas, um atraso grande no domínio educacional. e os números são muito elucidativos, eh, quando se compara os números do ano setenta, setenta e três, com, por exemplo, os números de setenta e sete, **percebe-se** o que foi a explosão escolar pós-independência, pode-se mesmo dizer explosão escolar pós-independência, que realmente os dados mostram (ANGOLA, 3).

(02): -> bem, a minha aspiração nesse momento seria mesmo trabalhar na informação, porque eu... tenho o, o segundo ano de jornalismo, não é, apesar de não ter terminado, faltavam dois, e portanto, eu me esforço um bocadinho que é para ver se entro, portanto, na Rádio Luanda, ou em qualquer emissora que é para mim poder aprofundar um bocadinho a minha experiência, porque eu sei na realidade que, **acho que** a minha, minha vocação seria mesmo rádio (ANGOLA, 4).

Com relação ao *tipo reportativo*, segunda estratégia mais frequente no conjunto das variedades africanas, o conteúdo proposicional é apresentado como tendo sido adquirido nas relações interpessoais ou textuais do falante, que pode ou não revelar a fonte desse conteúdo asseverado, segundo suas intenções comunicativas. As ocorrências (3), (04) e (05), a seguir, demonstram, respectivamente, *uma estratégia reportativa de fonte definida*, *uma marca reportativa de mito* (informação colhida na tradição) e *uma estratégia reportativa utilizada pelo falante como um recurso coesivo*, para reportar não um conteúdo comunicado por outro indivíduo dentro do próprio ato discursivo do falante, mas um conteúdo proferido pelo próprio falante anteriormente em seu discurso:

(03): o *artigo quarenta e dois*, eh, **preconiza**, por exemplo, **que** as faltas que sejam dadas por causa, eh, eh, dessa situação, eh, possam, eh, eh, ser consideradas justificadas (MOÇAMBIQUE 3).

(04): - quer também dizer como é que se faz izaquente de azeite?

-> quero.

- então diga.

-> mas é mais um pouco difícil que, que izaquente de açúcar e izaquente de frigida.

- e o que é isso de frigida?

-> é quem não sabe fazer izaquente de azeite, então **dizem**, aqui em São Tomé **dizem que** izaquente de açúcar é izaquente de frígida, izaquente de azeite que é izaquente de quem sabe fazer[...] (S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 4).

(05): - quer dizer que também está a prestar um serviço à sociedade...

-> sim, sim. é isso que *eu disse* em princípio, que eu voltei à minha terra não só para o meu bem-estar, também para o bem-estar dos outros[...] (S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2).

Vejamos, na Tabela 2, a seguir, os percentuais relativos ao tipo de evidencialidade em cada país africano pertencente ao PALOP. Os dados revelam que os países em que a evidencialidade é mais frequente são Guiné Bissau (33,3%), Cabo Verde (23,1%) e Angola (17,9%). Moçambique (com 14, 53%) e São Tomé e Príncipe (com 11,1%) são, por outro lado, os países com o menor percentual de ocorrências de marcas evidenciais.

Tabela 2 – Tipo de evidencialidade nos países africanos de língua oficial portuguesa

	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Total
Nº Ocorr.	21	27	39	17	13	117
%	17,9	23,1	33,3	14,53	11,1	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

O alto percentual de marcas evidenciais na variedade do português guineense pode estar relacionado ao caráter polêmico das elocuições proferidas pelos falantes de Guiné Bissau. Observamos que, diferentemente das outras variedades cujos temas das elocuições estão ligados à vida dos informantes, suas experiências na infância, seus afetos, suas experiências pessoais na vida adulta; os temas das elocuições da variedade do português guineense tocam questões de natureza polêmica e argumentativa, como: “a democracia”, “a condição da mulher em Guiné”, “a cultura guineense e a juventude” etc. No que diz respeito ao baixo percentual nas variedades moçambicana e santomense, observamos que, no caso das amostras textuais de Moçambique, com exceção de uma amostra coletada na década de 1990, as outras foram coletadas na década de 1980, o que pode ter influenciado a expressão das estratégias evidenciais nessa variedade do português. No caso de São Tomé e Príncipe, não é o fator temporal que parece ser o aspecto condicionante que motivou a baixa frequência, haja vista que todas as amostras analisadas dessa variedade do português pertencem à década de 1990. O fator que parece condicionar a baixa frequência na variedade santomense é a baixa escolaridade dos informantes. É claro que tais condicionamentos são apenas conjecturas (hipóteses), que precisam ser melhor investigadas, numa amostra textual mais representativa e estratificada. Daí, a necessidade premente de apoio a pesquisas que visem à constituição de *corpora* de análise das variedades do português africano.

Na Tabela 3, a seguir, podemos observar, mais detalhadamente, a frequência de uso dos subtipos evidenciais no conjunto das variedades do português africano. Como podemos ver, a Tabela 3 mostra que a estratégia reportativa é mais comum nas variedades do português guineense (28,9%), cabo-verdiano (26,3%) e angolano (21,1%). Com relação à inferencial, é possível constatar que sua ocorrência é semelhante nas variedades do português moçambicano (18,6%), angolano (16,9%) e cabo-verdiano (16,9%). É, no entanto, na variedade do português guineense que a marca inferencial se mostra mais recorrente. Como já dissemos, isso pode estar ligado ao caráter polêmico das elocuições pertencentes a essa variedade. Na variedade do português de São Tomé e Príncipe,

por outro lado, ocorrem poucas marcas evidenciais. Talvez isso esteja relacionado, como já discutimos anteriormente, à baixa escolaridade dos informantes.

Tabela 3 – Subtipo de evidencialidade nos países africanos de língua oficial portuguesa

	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Total
Reportativo	8 21,1%	10 26,3%	11 28,9%	5 13,2%	4 10,5%	38 100%
Inferencial	10 16,9%	10 16,9%	23 39,0%	11 18,6%	5 8,5%	59 100%
Genericidade	1 7,1%	5 35,7%	4 28,6%	0 0%	4 28,6%	14 100%
Perceptual	2 33,3%	2 33,3%	1 16,7%	1 16,7%	0 0%	6 100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação às marcas genericidade e percepção de evento, observamos que a frequência dessas estratégias é baixa comparada às marcas inferencial e reportativa. A genericidade é utilizada quando o falante deseja evocar, na interação verbal com seu ouvinte, uma informação amplamente compartilhada, como é possível ver na ocorrência (06) adiante:

(06): -> os fluxos, os fluxos migratórios que sempre houve em todo o mundo provocados por desgraças, por guerras, fomes, secas, etc., por cataclismos naturais ou artificiais, dependendo da quantidade de pessoas que se mo[...], que se m[...], m[...], mobilizam de um lado para o outro, claro que traz sempre grandes desvantagens, sempre grandes desequilíbrios ambientais. **nós sabemos que** o ser humano como qualquer outro animal, desde que ultrapasse... a u[...], a u[...], a capacidade de utilização da natureza, essa natureza tem que ficar prejudicada, tem que ficar de[...], depletada, tem, tem que desaparecer, árvores, plantas, frutas, ah, exi[...], depo[...], co[...], surgem os problemas de erosão pelo excesso de passagem de pessoas, de movimentação, basta apenas os pés a baterem no chão para poderem de[...] (ANGOLA, 1).

A percepção de evento, por sua vez, revela que o estado-de-coisas descrito na situação foi obtido por meio de uma evidência sensorial. Em nossa amostra africana, observamos a ocorrência apenas do verbo *ver* em oração simples, no sentido básico de perceber algo concreto por meio da visão, como é demonstrado na ocorrência (07) a seguir:

(07): -> eu sozinho em casa, começou a relampejar, a trovejar, e pouco tempo depois choveu. e... em nossa casa havia, eh, uma de alvenaria, uma casa de alvenaria e outra uma palhota. eh, e eu preferi ficar, eh, na palhota. mas não dentro da palhota, entre, le[...], a cobertura das palhotas deixa um certo
- hum.
-> espaço. e, e mesmo chovendo, a pessoa não apanha
- hum.
-> estando de fora da casa. fiquei ali, a **ver...** o, o engraçado para mim era **ver** as águas a cair daquele capim para o chão! (MOÇAMBIQUE, 1).

Vale, ainda, ressaltar que constatamos usos mais abstratos do verbo *ver* e do verbo *dizer* no conjunto das variedades do português africano. Com relação ao verbo *ver*, encontramos o predicado

ver no sentido de *compreender, tomar conhecimento, perceber com a mente* (BORBA, 1990), tal como podemos verificar na ocorrência (08) a seguir:

(08): -> vamos encontrar, e hoje por exemplo, num contexto particular da África subsahariana, o que se constata é que, portanto, os estudos feitos dizem que dois terços de todo o trabalho humano produzido na África subsahariana é feito pela mulher, em que ela, eh, usufrui apenas de dez por cento dos rendimentos por ela gerados, e um por cento das riquezas de todo o universo, de todas as riquezas do universo à mulher cabe apenas um por cento. bom, vindo, voltando à África... subsahariana onde a Guiné-Bissau, portanto, se, geograficamente se enquadra, **vemos que** ela se ocupa da agricultura e de toda a produção, portanto, a produção subsaha[...], da África subsahariana é se[...], fundamentalmente, uma produção de subsistência, da base à agricultura, em que a mulher é ela a produtora (GUINÉ BISSAU, 2).

Encontramos, por outro lado, diferentes usos do verbo *dizer* que parecem sinalizar para uma possível trajetória de gramaticalização desse verbo no conjunto das variedades do português africano: i) verbo *dizer* como verbo de elocução encaixador de um conteúdo comunicado na forma de discurso direto ou indireto; ii) verbo *dizer* encaixador de um conteúdo comunicado cuja fonte não é identificável, ou seja, um reportativo de boato, conhecimento adquirido de uma terceira pessoa não identificável; iii) verbo *dizer* como um introdutor de uma verdade geral, isto é, um conhecimento compartilhado por uma comunidade de fala. Esses usos são assim representados: evidencial reportativo-citativo > evidencial reportativo de boato > evidencial de genericidade. A seguir, as ocorrências (09), (10) e (11) exemplificam essa trajetória:

(09): -> na ilha - o meu pai **disse que** sentiu-se tremor de terra, à noite, mas também eu não, não liguei na conversa do meu [...] eu não senti nada, também os meus irmãos também não, pronto, e depois à n[...], quando era, por volta das duas, das duas da madrugada, a minha mãe foi-me acordar. foi acordar-me que o vulcão está com lume, entre aspas (CABO VERDE, 4).

(10): -> desorientados, não é, porque nós não conseguimos ainda nos situar bem, para definirmos comos um povo democrático. ok, eu... sinto-me bem quando **dizem que** as eleições correram bem, não houve isso, não houve aquilo, não é, agora o que eu acho é que o povo deve ‘conscienciar’ que nós devemos trabalhar para fortalecer essa democracia, para desenvolver o país. porque democracia também é, eu acho... que ao mesmo tempo é sinal de desenvolvimento (GUINÉ BISSAU, 4).

(11): -> sim. eh, dizem que a palavra “morna” nasceu de, do vocábulo “mourni[...], “mourning”, eh, quer dizer que as pessoas que, que cantavam não cantavam, quer dizer, eh, sabe que às vezes quando no[...], eh, [...], como se **diz**, na, quando, eh, aconteceu que morreu alguma pessoa (CABO VERDE, 1).

6 CONCLUSÕES

Neste trabalho, discutimos, a partir da perspectiva funcionalista, os aspectos cognitivo-semânticos, pragmático-discursivos e morfossintáticos que caracterizam a manifestação verbal (lexical e/ou gramatical) da evidencialidade nas variedades faladas do português africano contemporâneo. Inicialmente, procedemos a uma discussão teórica sobre o estatuto da evidencialidade como categoria linguística, considerando-se a contribuição de trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros para a compreensão do tema.

Os dados revelaram que, na variedade africana, predomina a expressão lexical da evidencialidade por meio de verbos indicadores de inferência. O falante se põe na condição de fonte da informação e elabora sua inferência com base em seu conhecimento de mundo ou em alguma evidência disponível. Além disso, a evidencialidade reportativa mostrou-se a segunda estratégia mais frequente, cuja frequência está associada a verbos de elocução, semanticamente mais neutros, como “dizer” e “falar”. Do ponto de vista funcional, os dados mostram que há alta frequência de uso da *evidencialidade reportativa de mito* ou da *evidencialidade reportativa* como recurso coesivo, por meio do qual o falante retoma um conteúdo comunicado por ele em outro momento de seu discurso.

7 BIBLIOGRAFIA

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004.
- ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986. p. 188-202.
- BORBA, F. S. (Org.). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Unesp, 1990.
- BYBEE, J. L. *Morphology*. A study of the relation between meaning and form. Amsterdam: Benjamins, 1985a.
- BOYE, K.; HADER, P. Evidentiality: Linguistic categories and grammaticalization. *Functions of Language*, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 9-43, 2009.
- CARIOCA, C. R. *A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo*. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- CARIOCA, C. R. *A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. Uma propriedade distintiva na gramaticalização de um operador evidencial reportativo: token de narrativa In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. Paulistana: São Paulo, 2010. p. 121-137.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. O componente evidencial da linguagem. In: NOGUEIRA, M. T.; LOPES, M. F. V. (Org.). *Modo e modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, p. 41-58, 2011.
- CHAFE, W. Evidentiality in english conversation and academic writing. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986. p. 261-72,

- CRYSTAL, D. *A dictionary of linguistics and phonetics*. Oxford: Blackwell, 1991.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos de ex-presidente Fernando Collor*. 1995. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.
- DE HANN, F. *Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries*. 1997a. Disponível em: <<http://migre.me/wxWqo>>. Acesso em: 10 jul. 2004.
- DE HANN, F. *Evidentiality in dutch*. 1997b. Disponível em: <<http://migre.me/wxWvd>>. Acesso em: 10 jul. 2004.
- DIK, C. S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris Publication, 1989. (Part 1: The structure of the clause).
- DIK, C. S. *The theory of functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. (Part 2: Complex and derived constructions).
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional discourse grammar. A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. The Hague: Mouton, 1957. Selected writings.
- LUCENA, I. L. *A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembleia do Ceará*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- MAYER, R. Abstraction, context, and perspectivization: evidentials in discourse semantics. *Theoretical Linguistics*, v. 16, p. 101-163, 1990.
- MITHUN, M. Evidential diachrony in Northern Iroquoian. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986.
- NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NICHOLS, J. Functional theory of grammar. *Annual Review of anthropology*, v. 43, 1984.
- SANTOS, M. F. *Modalidade epistêmica e evidencialidade: um exercício de análise funcionalista em textos acadêmicos e em entrevistas com pesquisadores*. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.
- SILVA, I. L. L. *A expressão da evidencialidade no português do século XX no contexto de gêneros textuais*. 2013. 224 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

VENDRAME, V. *A evidencialidade em construções complexas*. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2005.

VENDRAME, V. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2010.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.